

Escola é responsável pelo progresso do aluno

Oito anos de trabalho progressivo permitirão ao aluno ter conhecimentos dos quais absorverá parte

Estado — Para onde vai a discussão da repetência? Em São Paulo, por exemplo, no 1º ano já não se repete há algum tempo. Alguns países aboliram a repetência e estão revendo a discussão da aprovação ou não.

Eunice — No Brasil, ainda estamos tentando generalizar a visão de escola do Anísio Teixeira, a visão da escola democrática. O Sérgio Costa Ribeiro ajudou bastante com a campanha contra a repetência. Mas se estabelece um padrão fixo que o aluno tem de atingir e que a escola tem de medir. No final do ano, o aluno tem de saber o conteúdo desse e daquele livro, e a responsabilidade da escola é cobrar. Essa visão tradicional de pedagogia existe até no ensino superior. É estabelecido um padrão, o aluno tem de se conformar e responder certo aquelas questões. O que está mudando, inclusive em relação à discussão da repetência, é que o aluno deve ter um andar progressivo dentro da escola. Concordo com a avaliação para medir habilidades e conteúdos mínimos que as crianças devem adquirir em certas faixas etárias, o que serve como correção para o sistema e não como reprovação do aluno. Essa é a lógica para onde estamos caminhando: a conscientização de que a repetência é um problema e a escola é responsável pelo progresso do aluno para que ele possa chegar primeiro até a 4ª série e, depois, até a 8ª série. Oito anos de um trabalho progressivo permitirão ao aluno adquirir níveis de conhecimentos dos quais ele absorverá parte. É muito melhor do que quatro anos na mesma série, num mesmo padrão.

Cury — É preciso primeiro desconstuir a cultura da repetência. Para entender a questão da escola fundamental hoje, é preciso saber que escola pública no Brasil é apenas um nome. Importante, garantida por lei, etc., mas absolutamente diversificada. Tem-se ao mesmo tempo, na mesma cidade e, às vezes, lado a lado, uma escola onde há uma cultura da repetência e outras onde não há. Em alguns Estados, municípios descobriram coisas muito interessantes como, por exemplo, que não dá para querer um bom encaminhamento do processo educacional sem que o ato pedagógico seja inserido nas condições psicossociais do aluno daquela idade. Anísio Teixeira já tinha essa proposta com a escola-parque há muitos anos, mas a efetivação começa agora a se traduzir em experiências bem-sucedidas em alguns municípios que estão tentando inserir a idéia dos ciclos, a idéia da educação continuada, em que a cultura da repetência é desconstruída com a construção de uma nova modalidade de avaliação. No cotidiano das escolas, é uma coisa incrível. Por exemplo, numa salinha do professor, na hora do intervalo, é possível saber quem vai e quem não vai passar de ano, no mês de abril mais ou menos. Dá para continuar desse jeito? O pessoal da escola nova já criticava esse método absolutamente quadrado. As experiências bem-sucedidas merecem ser olhadas com carinho.

Gianotti — Queria falar a respeito do padrão. Tenho traços evidentemente sádicos na minha personalidade, vou falar a favor do padrão. Se começarmos a ter uma sociedade que não projeta para fora de si determinados objetivos, vamos cair numa sociedade que evidentemente vai se escarafunchar nela mesma e vai aceitar todas as suas formas alienadas como formas naturais. Portanto, de certo modo não vamos entrar numa situação em que vamos reconhecer tudo o que é real como bom porque, ai, a escola perde justamente o seu caráter formal. Se ela não tivesse caráter formal, não seria escola. Evidentemente, isso vale muito mais para o ensino universitário, onde eu não aprovo o aluno se ele não souber explicar bem um texto de filosofia.

Eunice — É esse tipo de padrão que a gente chama de um padrão mínimo de qualidade. A escola como pacote pronto é a escola que leva à repetência. Quando chegar, digamos, no final da primeira série, o aluno tem que saber a soma, a divisão de tais e tais números. Se



Professor na sala de aula: o que está mudando, até mesmo em relação à discussão da repetência, é que o aluno deve ter um andar progressivo dentro da escola

não souber, fica lá. Mas a habilidade de que o aluno adquiriu freqüentemente não está medida. Ele pode ter desenvolvido uma habilidade e uma capacidade de lidar com a escrita, que é enormemente avançada em relação ao nível em que ele está e lhe permite chegar à 2ª série, sem ter que acertar todos os exercícios que foram colocados naquele período. E ele deve chegar à 3ª série sendo capaz de ler e interpretar um texto. Se ele não atingiu, a escola fracassou. Quando se muda a ênfase de se ele acertou ou não a pergunta do exame final para se ele desenvolveu ou não a habilidade para manejá-la escrita com um certo grau de compreensão, tem-se um padrão mais flexível e trabalha-se mais com a capacidade de a criança adquirir a competência do que a de acertar a pergunta. É essa a diferença que se está propõendo.

Gianotti — Não vamos dizer que devemos abandonar os padrões. Eu diria que, em vez de termos uma espécie de peneira que vai peneirando o aluno a todo momento, vamos admitir que para chegar até essa avaliação o aluno pode, durante um determinado momento, fazer percursos muito diferentes que não poderão ser avaliados exclusivamente por uma única pena.

Estado — Como pode ser feita a reciclagem dos professores? O plano de valorização proposto pela PEC é exequível, vai valorizar mesmo o professor? Por onde ele deve começar?

Cury — A questão envolve várias dimensões. Em primeiro lugar, envolve uma dimensão da Constituição, que estabelece a valorização do professor, inclusive com piso profissional. Esse mandado constitucional é difícil de ser efetivado. Todos concordam que o piso salarial e a valorização do magistério devem ocorrer. Como fazer isso? Aí, as coisas se diversificam, desde a questão salarial até a questão da formação. No âmbito da formação, não gostei do capítulo da LDB. Por exemplo, o artigo 60 volta com aquela idéia de especialista. Agora, a formação de educador, apesar de a LDB ter sido assim, tem uma pertinência maior aos Estados. Então, é preciso saber como as unidades federadas vão se utilizar da sua experiência histórica e daquilo que a lei facul-

ta. Se a lei fala isso, talvez esse artigo esteja ruim, mas os outros não porque são abertos, são flexíveis e dão condições para que a formação do professor se processe de forma diferente. Mas isso só é possível se também tiverem um mínimo de prestígio social, evidentemente calcado num elemento financeiro. O que a PEC fez, é uma iniciativa meritória, foi permitir que a União interfira até certo ponto na autonomia dos Estados, embora por indução, no sentido de valorizar a profissão de professor, começando pela formação do profissional de ensino básico, cujo salário não deverá ser aquém de R\$ 300,00. Em vez de ter aquela função assistencial e técnica, que tinha desde o ato adicional de 1834, resolva acentuar a função mais redistributiva dos recursos.

Gianotti — Posso dar um aparte? Lembrar que as corporações reclamam nesse aspecto, primeiro que esse valor de R\$ 300,00 é médio e já havia um acordo com o governo Itamar de que o piso seria R\$ 300,00, e, portanto, esse governo neoliberal não está fazendo outra coisa a não ser abaixar a promessa já feita. Estou dando um argumento que está na boca de todas as corporações. Quero saber como é que vocês resolvem esse problema.

Eunice — Uma coisa fundamental para melhorar a educação deste País é reconhecer que é difícil e que se vai fazer aos poucos. Não há messias que tire do bolso do colete uma solução para melhorar. É difícil porque o problema envolve um desejo geral, mas envolve uma porção de variáveis. Então, há soluções absolutamente simples. Uma delas é assim: queremos R\$ 300,00 amanhã de piso para todos os municípios do Brasil, não sabemos como nem como vão arrumar o dinheiro, mas se estiver na lei nós temos a garantia. É uma visão utópica das coisas. O governo anterior não se comprometeu com nada. Apenas assinou alguma coisa em que se comprometia a estudar a viabilidade. Foi ótimo. Mas, quando este governo assumiu, tivemos de estudar a viabilidade. O piso salarial é uma falácia e um engano. Se for proposto um piso salarial de R\$ 300,00 por oito horas diárias, isso está em contradição com a realidade escolar de 60% dos estabelecimentos escolares do Brasil, que são os estabele-

cimentos das regiões mais pobres, onde não há nem três horas de aula e os professores estão ganhando R\$ 50,00. Como é que se passa de R\$ 50,00 para R\$ 300,00? Por outro lado, R\$ 300 em São Paulo é absolutamente insuficiente. A primeira coisa que vão dizer é que isso é um absurdo, como diz a deputada Ester Grossi (PT/RS), porque seu município (Porto Alegre) o professor está ganhando mais de R\$ 1 mil. Qual é o problema e por que não se pode estabelecer o piso de R\$ 300,00? É porque o professor ganha depende enormemente da forma como está estruturada a carreira. Há carreiras nas quais, no final, é possível ganhar duas, três, quatro e até seis vezes o piso. O piso não significa o que o professor vai ganhar. Para muitos municípios, onde o piso é artificialmente baixo, a elevação para R\$ 300,00 quebra o Estado. Não se pode desvincular o piso da estrutura salarial e o governo federal não pode influir na estrutura salarial geral, porque isso é competência do sistema de ensino. Ele não tem poder de criar uma carreira única e nem pode, dada a diversidade da situação dos municípios. Com a PEC será possível, nos municípios e Estados mais pobres do Brasil, pagar uma média salarial de R\$ 300,00 por uma função docente que significa quatro horas diárias de aula. A lógica da PEC é a lógica do papel redistributivo e supletivo da União. Cabe à União suprir as necessidades que Estados e municípios são incapazes de atender. A PEC socializa os recursos para cada Estado. Junta os 15% das verbas transferenciais que deveriam ir para a educação nos municípios e mais os 15% que o Estado deveria aplicar, faz um fundo e distribui entre o Estado e o município em função do número de alunos na rede. No caso do Estado de São Paulo, isso vai resolver o problema do salário dos professores, porque há municípios, como Campinas, que pagam R\$ 1,2 mil para os professores de primeiro grau, estão pagando melhor atendendo 10% da população. É um jeito fácil de resolver o problema da educação. Dizer que queremos as maravilhosas escolas da década de 40 é muito fácil. É como muitos municípios fazem, inclusive Porto Alegre faz. A grande questão da PEC é a criação de um fundo e o problema da atribuição clara de responsabilidade. Quando o fundo for maior do que os R\$ 300,00, obviamente é muito bom. Quando ele for menos por aluno, a União crescerá. Em metade dos municípios do País, a União vai acrescentar e em metade dos Estados, não precisará acrescentar porque já aumentou enormemente com isso porque o fundo for a aplicação de recursos no ensino fundamental. Criando uma conta única, contribui enormemente para a fiscalização do recurso,

porque um dos grandes problemas que temos é que o dinheiro não é aplicado corretamente, não vai para a educação. Se ele está numa conta única e se estabelecemos uma correlação entre o investimento aluno e o salário médio do professor, há um instrumento de fiscalização e dá para o próprio professor um instrumento de reivindicação salarial realista, não é mais simplesmente dizer que ganha pouco e que o salário está defasado.

Estado — Como esse programa de valorização do magistério, além da carência salarial, vai atuar para suprir o restante das carências, como a falta de leitura, por exemplo?

Eunice — Esta medida faz uma coisa muito importante: cria condições para que as demais questões ocorram, inclusive por meio do investimento no aluno, que é uma mudança fundamental de critério proposta no projeto da LDB. Ela só pode fazer uma parte da tarefa, não pode fazer tudo. Claramente, cria condições para que, aplicando 60% disso em salário, ainda sobre resultado para treinamento. Agora, como vai treinar? O que vocês acham? O que o governo federal pode fazer? O que o governo estadual pode fazer? O que o governo municipal deve fazer? É óbvio que se só o governo federal estiver preocupado com a educação não vai resolver nada. Se o Estado não estiver empenhado, não há possibilidade de a União fazer. Todos os problemas que podíamos atacar esbarravam numa condição básica que era a seguinte: não há condições de pagar um salário melhor. Este era o nó inicial. Então, foi preciso desfazer o nó inicial.

Agora temos condições de pagar melhor, vai depender da estrutura da carreira, vai depender do número de crianças por professor, tudo isso vai depender de quanto efetivamente o professor vai ganhar, não é da lei simplesmente, depende de uma porção de outras circunstâncias.

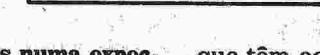


José Arthur Gianotti

da transformação são muito diversas. O problema do sistema educacional vai depender muito da velocidade de transformação do sistema político. O que ocorreu há alguns dias em relação ao ensino universitário e a manutenção de determinados privilégios mostra justamente como a Câmara concedeu privilégios aos professores universitários, privilégios que eles mesmos não estão reivindicando. Ou seja, estamos numa situação em que o medo do sistema político de se confrontar com a população universitária é de tal forma fantástico que eles cedem mais do que o pessoal está demandando. Temos uma situação diferenciada e com atrasos relativos muito grandes. A minha posição é a seguinte: essa discussão da revolução pedagógica que tem que ser feita no Brasil vai depender de velocidades diferentes da transformação da legislação, da transformação do sistema, da transformação da relação população e escola e da velocidade da transformação da própria problemática que a mídia está nos levantando. Eu acho que sob esse aspecto vocês têm também uma enorme responsabilidade. Não só nós, que somos veículos militantes da questão da educação, mas também vocês têm uma enorme responsabilidade. Não é que a mídia tem sempre culpa, mas, como a responsabilidade de vocês é muito grande, acredito que a importância de vocês se modernizarem também é enorme.

Cury — É preciso ter muita clareza do que é o espaço federativo. Em relação à educação, está se pedindo à União o que ela não pode fazer e talvez nem deva fazer. Os governos estaduais têm que se incumbir dessa questão. A União já teve essa pretensão, mas é uma competência que os Estados têm de assumir em cooperação com as universidades e em cooperação com as boas iniciativas, que têm ocorrido no âmbito estadual e municipal. Tinha de haver uma conjugação de esforços. Sem um aparato formativo do professor, os R\$ 600,00 de uma jornada de oito horas ou até mais não significarão grande coisa. É preciso articular uma coisa com a outra. Esse é um desafio tremendo porque nós temos de recuperar o prestígio da função do professor, que é uma função hoje baixa em termos de status social.

**NÃO VAMOS
VER TUDO O
QUE É REAL
COMO BOM**



Orlando Kissner/AE

Estado — Estamos numa expectativa de participação dentro do debate no momento em que ainda vivemos a transição de uma cultura centralizadora em que o Estado fazia tudo. Hoje precisamos discutir. Como vamos acertar as velocidades entre a modernização do Estado e a modificação da sociedade?

Gianotti — Temos de compreender que a sociedade brasileira, como toda sociedade mais moderna, é formada por subsistemas cujas velocidades